



ANPEd - Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação

14397 - Resumo Expandido - Trabalho - 41ª Reunião Nacional da ANPEd (2023)

ISSN: 2447-2808

GE Cotidianos - éticas, estéticas e políticas

**INSUBMISSOS NA SUBMISSÃO: UMA ESCUTA PSICANALÍTICA COM INTERNOS NO SISTEMA SOCIEDUCATIVO DO RIO DE JANEIRO**

Gustavo Rebelo Coelho de Oliveira - UERJ - PROPED - Universidade do Estado do Rio de Janeiro

Pierre de Souza Monteiro - UFF - Universidade Federal Fluminense

Leandro de Carvalho Moraes - UERJ - PROPED - Universidade do Estado do Rio de Janeiro

Agência e/ou Instituição Financiadora: FAPERJ

**INSUBMISSOS NA SUBMISSÃO: UMA ESCUTA PSICANALÍTICA COM INTERNOS NO SISTEMA SOCIEDUCATIVO DO RIO DE JANEIRO**

**Resumo:** Este trabalho é um resumo expandido de uma pesquisa desenvolvida numa unidade de internação do sistema socioeducativo do Rio de Janeiro. Através de um dispositivo de escuta em grupo com direção psicanalítica, atendemos adolescentes e adultos entre 16 e 20 anos, cujas infrações ou reincidências os conduziram à mais severa das medidas de restrição da liberdade, a internação. A partir, então, do conceito de necropolítica de Mbembe, articulado ao de “amor social” e “medo social” em Freud, e de sujeito em Lacan, buscamos analisar como sujeito identificados como metas do sadismo social, portanto matáveis com indiferença em nossa sociedade, aprendem que são corpos portadores do “medo”, e como se elaboram, em seus contextos singulares, nessa demanda. Trazemos aqui, algumas conclusões resumidas da posição do sujeito nesse sistema de compromissos, no sentido freudiano, entre demanda social e sintoma. Por um lado, insubmissos, rebeldes contra a perda do amor social, porém, ao mesmo tempo, submissos ao papel social que lhe é demandado, o de se enunciarem e se performarem maus e, assim como a sociedade é com eles, indiferentes.

**Palavras-chave:** Socioeducação, psicanálise, juventude, marginalidade

Após alguns anos de pesquisa com culturas marginalizadas e com jovens institucionalizados em sistema socioeducativo, assim como um investimento na formação psicanalítica, pela teoria e prática freudiana e lacaniana articuladas às suas atualizações, aos modos contemporâneos, mas nem sempre novos, de sofrimento e de relação destes com os discursos sociais e subjetivos, nos últimos anos iniciamos nosso trabalho de campo numa unidade de internação na cidade do Rio de Janeiro para adolescentes meninos com idades entre 16 e 20 anos, onde oferecemos um dispositivo semanal de escuta e intervenção clínica. Cabe de antemão, destacar a especificidade da medida de internação, a mais severa dentre as possíveis em nosso sistema jurídico, ou seja, aquela que mais antecipa a experiência do aprisionamento compulsório e da restrição total de liberdade, não permitindo ao adolescente nenhuma saída da instituição. À severidade marcada pela impossibilidade de saída externa da unidade, acrescenta-se restrita possibilidade de circulação mesmo no interior da instituição. Escolhemos este contexto em parceria com o setor de pesquisa do próprio DEGASE, pois a entendemos como instância, digamos assim, limiar entre o socioeducativo e o sistema prisional, um ponto de passagem social, etário e penal.

Dessa forma, diante das limitações e pretensões deste resumo expandido de trabalho, gostaríamos de apresentar nossas bases teóricas e pontos de partida éticos, assim como expor brevemente algumas conclusões que possuem um caráter de proposições interpretativa na articulação entre relatos das singularidades das falas dos adolescentes atendidos e análises sociológicas a partir da teoria psicanalítica.

Em nosso trabalho, e como sustentamos precisa ser a ética da psicanálise, consideramos na análise do sujeito da pesquisa, tanto os fatores sociais de sua constituição, assim como aqueles próprios à singularidade de cada participante das intervenções. Como aponta Alberto Guerreiro Ramos, nesses processos estão implicados os modos como se estabelecem racionalidades que determinam o laço social em geral e as funções econômicas/libidinais particulares do indivíduo. Dos seus valores e avaliações assim constituídos, “decorre a sua concepção de mundo, e seu ideal de realização própria e social, e que consubstanciam sua ética de convicção” (RAMOS, 1966, p. 58). Na mesma direção, Theodor Adorno acentua que as diferenças específicas de cada indivíduo são por um lado, marcas da pressão social e de outro, cifras da liberdade humana. Daí porque a oposição entre os dois âmbitos não deve ser escamoteada por meio de esquemas de generalização científica. Também não deve ser tomada como verdade absoluta e de forma literal a autoconsciência do indivíduo, “ela mesma um produto efêmero de uma sociedade individualista” (ADORNO, 2015, p. 81). Em perspectiva psicanalítica, Vladimir Safatle, professor de filosofia da USP, nos lembra que devemos insistir na tendência psicanalítica, presente desde Freud, de operar no ponto exato de contato entre estruturas da subjetividade e modos de interação social. Esta exigência é a resultante da certeza de que um campo é sempre exposição sintomática do outro e, portanto, de que, “se a cura sempre obedece à particularidade do caso, ela não pode, porém, deixar de levar o sujeito a reconfigurar seus vínculos com a ordem sócio-simbólica”.

(SAFATLE, 2008, p. 16).

Em termos gerais apontamos as três linhas de direção da nossa pesquisa, ou seja, a interface entre teoria social crítica, a psicanálise e as consequências disso para a chamada socioeducação. No entanto, ainda é preciso considerar uma quarta linha de forças que têm afetado o trabalho em desenvolvimento, ou seja, a posicionalidade do sujeito de nossa pesquisa. Para Luciano Elia (2004), essa posicionalidade é marcada pelas condições estruturais do processo de constituição do sujeito que chega ao mundo e se insere na ordem humana que o antecede e cria as condições de possibilidade de sua inserção nas disposições sociais dadas. O ponto central na escuta de nosso sujeito de pesquisa é o lugar de sua enunciação, ou seja, a localização étnica, sexual, racial, de classe e de gênero do sujeito que enuncia. É um princípio da colonialidade, presente na filosofia e nas ciências ocidentais de modo amplo, que o sujeito que fala está quase sempre encoberto. Em geral o branco se apresenta como entidade universal desaterrada e em chave inversa e por interesses distintos, fala de uma juventude “criminal” também desterritorializada. Importa obscurecer o *locus* de enunciação do sujeito pois assim todas as questões das desigualdades sociais são reduzidas ao fator individual (FIGUEIREDO; GROSGOUEL, 2007). Nesse sentido é importante lembrar que desde Freud, é um dever dos analistas estarem atentos tanto aos sintomas patológicos quanto às questões humanas e sociais envolvidas numa análise (FREUD, 1996, p.29). Na mesma direção Lacan escreve que deve renunciar a isso – à função de analista –, aquele que não “conseguir alcançar em seu horizonte a subjetividade de sua época” (LACAN, 1998, p.322).

A expectativa é que, a partir da fala rememorativa, o sujeito de nossa investigação possa reelaborar aspectos de sua construção subjetiva pela recuperação da presença de uma ausência, o não ser, o sujeito cindido, *locus* de uma *paixão do negativo* (SAFATLE, 2005, p. 21), uma não-identidade de *deser* radical deste sujeito submetido em relação ao Outro, no sentido de uma estrutura articulada pelo desejo que, a rigor, diz Safatle, é originariamente inconsciente (SAFATLE, 2000, n.p). Não por acaso Lacan dirá que o inconsciente, “é o capítulo de minha história que é marcado por um branco ou ocupado por uma mentira” (LACAN, 1998, p. 260), um capítulo censurado que, no entanto, opera, e pode ser resgatado na medida em que já está escrito em outro lugar.

Indo, então, propriamente ao nosso campo, para nossa surpresa, já nos primeiros encontros, um de nossos sujeitos de pesquisa nomeou a cada um dos pesquisadores. Isso é importante no processo pois, segundo Lacan, só se pode amar ou odiar, o que têm nome. Foi assim que fomos designados Calvão de Cria, Johnny Bravo e Velho Barreiro. Por fim, uma terceira posição é norteadora de nosso projeto, a posição ético-política; nela, vale lembrar, não há nenhuma liberdade ao analista, este está atado a não ceder do desejo. Ressalto ainda, como veremos adiante, uma importante nuance que ficará melhor identificada nos fragmentos de nosso sujeito de análise, a diferença bastante precisa que faz Lacan entre desejo e gozo.

De acordo com Zizek (2010), o Supereu freudiano é a agência ética, cruel e sádica que

nos bombardeia com exigências impossíveis às quais observa alegremente após nosso fracasso em não realizá-las (ZIZEK, 2010, p. 99). Nesse sentido, diz o autor, não há que se espantar que Lacan tenha equacionado gozo e Supereu porque “gozar não é uma maneira de seguir nossas tendências espontâneas, é antes algo que fazemos como um tipo de dever ético estranho e distorcido”. Como afirma Safatle (2008), o gozo, no sentido lacaniano do termo, “não significa o usufruto dos bens dos quais sou proprietário, mas algo totalmente contrário, uma perspectiva de satisfação que não leva mais em conta os sistemas de defesa e controle do Eu” (SAFATLE, 2008, p. 17). Nessa perspectiva, o gozo se vincula a uma experiência que evoca continuamente a possibilidade do desmedido, de um “gozo ilimitado” adequado a uma retórica disruptiva de apelo à “transgressão” e ao consumo (SAFATLE, 2008). Digamos, portanto, que por “gozo” lacanianamente entendemos como uma satisfação efeito de uma adequação a um regime simbólico cultural que é também um modo de sofrimento, mas que, na enunciação, geralmente se apresenta narcisicamente como insubmisso, mas que está submisso ao desejo do Outro que é, no nosso caso, uma sociedade necropolítica (MBEMBE, 2018), estruturada, se voltarmos a Freud, num sistema complexo e dinâmico de posições sádicas e masoquistas. Nossa pesquisa, então, traz o sujeito criminalizado ao texto sociológico.

Trazendo, então, um breve relato de nosso dispositivo numa unidade de medida socioeducativa de internação, assim que nos apresentamos sem diretriz de tema, abertos à associação livre, Jorge <sup>[1]</sup> nos interrompeu:

- É melhor vocês fazerem as perguntas, o que vocês querem saber de nós?
- A pergunta é ‘o que você quer saber de você mesmo’? - indagamos.
- De mim? Mas de mim eu sei tudo.
- Tudo não é muita coisa? Todos aqui sabem tudo sobre si? - abrimos a questão para o grupo.

Escolhemos esse pequeno trecho de nossos relatos como uma extrato que, haja vista a dimensão reduzida deste texto, consegue comunicar de modo sintetizado uma de nossas proposições principais elaborada no conjunto de nossos encontros, mas que de modo retroativo agora podemos encontrar já anunciada singularmente pelo adolescente Jorge - a de que na constituição do sujeito na posição social de criminoso, especialmente nos casos de reincidência e internação, como é nosso campo específico, a identificação se apresenta como total e geralmente positiva. Total porque o Eu se enuncia como dimensão sem falha e sem ponto de incógnita, totalmente disponível ao conhecimento, identificado a si mesmo e ao sintoma social que opera, a saber, o de estar na “vida do crime” que se apresenta como “sem saída” ou como “caminho sem volta”. Nosso dispositivo de escuta, como se pretende na ética psicanalítica, age menos para confirmar o que se ouviu e mais para que o sujeito se escute, incluindo a escuta do que ele não disse para dizer o que disse, daí o conceito de atenção

flutuante em Freud que, na condução da sessão, procura deslocar-se de preconceitos e defesas do analista para que, por efeito, o sujeito reconstitua sua falha estrutural de volta, reabilitando o desejo.

Em outros termos, identificamos no discurso sociológico que analisa sociedades herdeiras de processos violentos de colonização, como a nossa, um avanço na concepção sistêmica e complexa do funcionamento estrutural da sociedade. Notadamente, temos percebido um crescente uso do conceito de “necropolítica” (MBEMBE, 2018), o qual também nos apropriamos. Este conceito expõe com precisão o funcionamento sádico de nossa sociedade, ou seja, de que fixamos um determinado tipo de corpo para ser seu “bode expiatório”, matável com indiferença, sem geração de luto social pela perda, contra o qual é estabelecido uma espécie de estado de exceção constante, sendo permitido e desejado todos os exageros da passagem ao ato violento. Porém, trata-se de uma sociologia que embora trate do corpo, não traz em sua demonstração a singularidade dos sujeitos que, cada um a seu modo, aprendem que são o “medo social” incorporado, que são o corpo meta do sadismo social. Como, então, um sujeito se elabora a partir da demanda social de ser o inimigo da mesma sociedade da qual faz parte?

Nossa pesquisa, embora avançada e com muito material de nossas sessões semanais, ainda não está de todo concluída. Para as limitações deste trabalho, então, decidimos demonstrar a ambiguidade desse posicionamento egóico e social do sujeito do crime em suas primeiras enunciações no nosso dispositivo. Totalizado consigo mesmo e com a “vida do crime”, nesse movimento ele ao mesmo tempo atende à demanda social de performar o inimigo, o portador do medo, mas também se resguarda narcisicamente se enunciando como rebelde à sociedade que o “esculacha” desde muito cedo. Insubmisso em uma submissão, se defende de qualquer ameaça a esse bloco monolítico com seu sintoma a partir de uma indiferença que é análoga àquela como a sociedade o trata. É membro de uma sociedade que, de partida, o elege como agente do “medo social”, pondo outra tonalidade na teoria freudiana do “amor social”, já que no nosso caso, como tentamos sustentar, a perda do amor se dá desde antes do nascimento, já no discurso social que antecede o sujeito, e esta é nossa tese.

## REFERÊNCIAS

ADORNO, W. T. *Ensaio sobre psicologia social e psicanálise*. São Paulo: UNESP, 2011.

ELIA, Lucian. O conceito de sujeito. Rio de Janeiro: Zahar, 2004.

FIGUEIREDO, Ângela; GROSGOUEL, Ramón. Racismo à brasileira ou racismo sem racistas: colonialidade do poder e a negação do racismo no espaço universitário. *Sociedade e Cultura*, vol. 12, núm. 2, julho-diciembre, 2009, pp. 223-233.

FREUD, S. Fragmentos da análise de um caso de histeria; In: Um caso de histeria, três ensaios sobre a sexualidade e outros trabalhos. Rio de Janeiro: Imago, 1996, pp. 19-115.

LACAN, J. Função e campo da fala e da linguagem em psicanálise; In: Os Escritos. Rio de Janeiro: Zahar, 1998, pp. 238-324.

MBEMBE, Achille. *Necropolítica*. São Paulo: n-1 edições, 2018.

RAMOS, G. *Administração e estratégia do desenvolvimento: elementos de uma sociologia especial da administração*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1966.

SAFATLE, V. (2000). A Ilusão da Transparência: Sobre a Leitura Lacaniana do Cogito Cartesiano. Disponível em: <https://www.oocities.org/vladimirsafatle/vladi014.htm>. Acesso em: 03.abr. 2021.

SAFATLE, V. (2008). Por uma crítica da economia libidinal. Disponível em: [http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0101-31062008000100004](http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-31062008000100004). Acesso em: 28. Jul. 2021.

SAFATLE, V. *A paixão do negativo: Lacan e a dialética*. São Paulo: UNESP; FAPESP, 2005.

SAFATLE, V. *REPENSAR a liberdade depois do inconsciente, com Vladimir Safatle*. Portado por Instituto CPFL. (1 h. 44 min. 28 s.) son. color. port. 2019. Disponível em: . Acesso em: 21 abr. 2021.

ZIZEK, S. *Como ler Lacan*. Rio de Janeiro: Zahar, 2010.

---

[1] Em respeito ao estatuto da criança e do adolescente, as identidades dos jovens atendidos estão preservadas, sendo estes nomes fictícios.